

A PERCEPÇÃO EM THOMAS REID

José Aparecido Pereira*

RESUMO: Objetivo primordial desse artigo consiste em apresentar o modo como Thomas Reid delineou em seu pensamento a sua teoria da percepção. Desse modo, o referencial teórico utilizado para a explicitação do nosso propósito serão, sobretudo, as *Investigações Sobre a Mente Humana* e os *Poderes Intelectuais do Homem*, as suas duas obras fundamentais. A nossa intenção é expor os principais elementos que compõem e estruturam o processo perceptual, visto que essa temática constitui parte integrante e fundamental da epistemologia do pensador escocês. Assim, no decorrer desse trabalho, inevitavelmente deveremos fazer alusão a alguns temas, tais como, concepção, crença e imediaticidade.

Palavras-Chave: Percepção, Concepção, Crença, Imediaticidade.

ABSTRACT: The primary objective of this paper is to present how Thomas Reid outlined in his thought in his theory of perception. Thus, the theoretical basis for the explanation of our purpose is, above all, investigations into the Human Mind and the Intellectual Powers of Man, his two fundamental works. Our intention is to expose the main elements that make up and structure the perceptual process, since this issue is an integral and important part of the epistemology of the Scottish thinker. Thus, during this study, we inevitably make reference to some issues, such as design, belief and immediacy.

Keywords: Perception, Conception, Belief, Immediacy.

1. Introdução

Marcadamente seduzido pelas grandes realizações científicas de seu tempo, Reid acreditava que seria possível empreender um estudo análogo no que diz respeito à natureza humana, ou seja, fundamentá-la através da base segura da observação e do método do raciocínio experimental. Um esboço bem definido e delineado desse projeto já se encontra em suas *Investigações* na qual ele procura analisar os componentes envolvidos na percepção, tendo como suporte a nossa constituição, mais especificamente, os nossos cinco sentidos. Dessa forma, essa tentativa já revela a sua pretensão de aplicar à ciência da natureza humana um procedimento parecido àquele comumente utilizado na física. Assim, os seus trabalhos

* Doutorando em filosofia; professor de filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Campus Maringá e coordenador do curso de filosofia da FACED – Faculdade Apucarana Cidade Educação. E-mail: pzez@bol.com.br.

foram guiados pela crença na possibilidade de se construir um novo sistema de conhecimento, erigido agora sobre um fundamento inteiramente novo. Em vista disso, a concretização desse projeto o levará a fazer um longo percurso em sua obra, mobilizando um conjunto de conceitos e princípios que nos permitirão descrever e compreender o comportamento humano observável através de um método natural de investigação. Podemos dizer, portanto, que o seu projeto corresponde a uma tentativa audaciosa de fornecer uma descrição e uma análise abrangente do nosso aparato cognitivo. No entanto, esse empreendimento exigiu que o pensador escocês colocasse em questão algumas concepções acerca do conhecimento, porque, segundo ele, essas não correspondem a uma legítima descrição do funcionamento de nossos processos cognitivos. Convicto da necessidade de uma revisão em torno das questões que envolviam a epistemologia de seu tempo, o trabalho de Reid se configura como uma nova maneira de conceber o problema da aquisição e justificação do nosso conhecimento e da formação das nossas crenças epistêmicas. Sendo assim, o desfecho de suas inquietações e buscas filosóficas será a construção de uma pertinente teoria da percepção da qual nos ocuparemos nesse artigo.

2. Teoria da Percepção de Reid

Inicialmente devemos propor a seguinte questão: no entender desse pensador quais são os elementos envolvidos na Percepção? A caracterização oficial da percepção entendida por Reid envolve três ingredientes: concepção, crença e imediaticidade. Esses três elementos já se encontram selecionados por ele nas *Investigações* e ele os menciona repetidamente nos *Poderes Intelectuais do Homem*. Nessa segunda obra, por exemplo, podemos encontrar a seguinte passagem na qual Reid apresenta os três ingredientes envolvidos na percepção:

“Se, então, prestarmos atenção ao ato de nossa mente que chamamos de percepção dos sentidos de um objeto externo, descobriremos nesse ato três coisas: primeiro, alguma concepção ou noção do objeto percebido. Segundo, uma convicção forte e irresistível de sua existência presente. E, terceiro, que esta convicção e crença são imediatas e não o resultado de um raciocínio” (REID, 2002, p. 96).

Notemos que, nessa passagem, o primeiro ingrediente alistado por Reid em sua teoria da percepção é a concepção. Mas como ele compreende essa operação da mente? Vejamos como essa questão pode ser respondida no tópico a seguir.

2.1. A Concepção

No início do capítulo primeiro do Ensaio IV, intitulado “Da Concepção ou da Simples Apreensão em Geral”, podemos encontrar a descrição sobre a definição dos lógicos¹ para a concepção ou apreensão simples: eles a tomam como a “mera concepção forte de uma coisa na ausência de qualquer julgamento ou crença sobre ela”² (EIP IV. i: 295). Assim, se isso for tomado por uma definição estritamente lógica, então uma justa objeção a ela é a possibilidade de que a concepção e a apreensão sejam apenas palavras sinônimas e que se pode, tão bem, definir a concepção pela apreensão quanto a apreensão pela concepção. Contudo, as mais simples operações da mente não podem ser definidas logicamente, conforme mostra o exemplo da noção de uma cor escarlate, assim enunciado na citação a seguir:

Alguém que tivesse uma noção distinta de uma cor escarlate nunca a alcançaria por uma definição; ele precisaria ter isto ante seus olhos, atentar a isto, comparar isto com as cores que estão mais próximas a isto e observar a diferença específica, que ele em vão tenta definir.³ (EIP IV. i: 295).

Ciente da impossibilidade de se alcançar uma definição para a concepção, a proposta é, então, analisá-la com o intuito de, pelo menos, explicar alguns de seus atributos. Assim, primeiramente, temos que ter presente que a concepção entra como um ingrediente em toda operação da mente. Podemos dizer que essa constitui uma propriedade fundamental, porque não existe operação mental sem ela, e qualquer que seja a operação, só é possível a partir dela: “nossos sentidos não podem nos dar a crença em qualquer objeto sem nos dar alguma concepção dele ao mesmo tempo”⁴ (EIP IV. i:

¹ Mencionamos aqui: Francis Hutcheson, Willian Law, Colin Vilant e John Loudon e outros, considerados os principais representantes da lógica escocesa no tempo de Reid.

² Originalmente: “Logicians define simple apprehension to be the bare conception of a thing, without any judgment or belief about it” (EIP IV. i: 295).

³ Do original: “He that would have a distinct notion of a scarlet colour will, never attain it by a definition; he must set it before his eyes attend to it, compare it with the colours that come nearest to it, and observe the specific difference, which he will in vain attempt to define.” (EIP IV. I: 295)

⁴ A partir de: “Our senses cannot give us the belief of any object, without giving some conception of it at the same time.” (EIP IV. I: 296).

296). Disso concluímos que não podemos recordar ou raciocinar sobre coisas das quais não tenhamos concepção.

Quando vamos exercer qualquer de nossos poderes de ação, deve existir alguma concepção daquilo que vamos fazer; não pode haver desejo ou aversão, amor ou ódio, sem alguma concepção do objeto; não podemos sentir dor sem concebê-la, ainda que possamos concebê-la sem senti-la. Essas coisas são auto-evidentes.⁵ (EIP IV. i: 296).

Portanto, fica evidente que em toda operação da mente, em qualquer coisa que seja chamada pensamento, deve estar presente a concepção: “quando analisamos as várias operações, tanto do entendimento quanto da vontade, sempre a encontraremos no final”⁶ (EIP IV. i: 296). Contudo, ainda que não haja operação da mente sem concepção, ela pode ser encontrada nua, separada de outras operações e, assim, podemos chamá-la de apreensão simples ou concepção simples de uma coisa. Como todas as operações da nossa mente são externalizadas através da linguagem, todos nós sabemos que uma coisa é entender o que está sendo afirmado, conceber ou apreender o seu significado, se for uma palavra, uma sentença ou um discurso; outra coisa é efetuar julgamento sobre o que foi dito, concordar, discordar, ser persuadido ou movido. Nesse sentido, “a primeira é apreensão simples e pode existir sem a última, mas a última não existe sem a primeira”⁷ (EIP IV. i: 296). Temos, então, uma implicação importante: as outras operações da nossa mente, tais como o juízo e o raciocínio são decorrentes da concepção.

E a crença como um segundo ingrediente da percepção, como Reid a caracteriza em seu pensamento? Vejamos esse assunto a seguir.

2.2. A Crença

Em relação à crença, Reid entende que a sensação e a memória se constituem como princípios naturais para a sua existência. Numa passagem das

⁵ Originalmente: “When we will to exert any of our active powers, there must be some conception of what we will to do: There can be no desire or aversion, love or hatred, without some conception of the object: We cannot feel pain without conceiving it, though we can conceive it without feeling it. These things are self-evident.” (EIP IV. i: 296).

⁶ No original: “When we analyze the various operations either of the understanding or of the will, we shall always find this at the bottom” (EIP IV i: 296).

⁷ Originalmente: “The first is simple apprehension, and may be without the last, but the last cannot be without the first.” (EIP IV. I: 296).

Investigações ele usa a palavra sugestão (*suggestion*) para justificar a sua tese segundo a qual elas seriam princípios sugestivos de crenças. Assim a sensação sugere a noção da existência presente e a crença de que o que percebemos ou sentimos agora existe. A memória sugere a noção de existência passada e a crença de que o que recordamos existiu no passado. Assim para Reid as sensações sugerem instantaneamente uma concepção de um objeto e uma crença sobre ele. Juntas, essa concepção e crença imediatas constituem a percepção. Vejamos o que ele fala em relação a isso na seguinte passagem:

“Como uma sensação deveria nos levar, instantaneamente, a conceber e a acreditar na existência de uma coisa externa totalmente diferente da sensação, eu não tenho a pretensão de saber; quando digo que uma sugere a outra, eu não pretendo explicar o modo dessa conexão, mas apenas expressar um fato, que pode estar na consciência de qualquer um; isto é, que, por uma lei de nossa natureza, tal concepção e tal crença seguem constante e imediatamente a sensação.” (REID, 2000, p. 74)

Existem alguns elementos nessa passagem que merecem ser analisados e destacados. Primeiro, Reid deixa bem claro qual a sua pretensão. A sua intenção não é explicar como se dá o processo pelo qual as sensações sugerem instantaneamente a concepção e a crença formando, assim, a percepção. Segundo, quando ele afirma que tal concepção e tal crença seguem constante e imediatamente a sensação, aparece explicitamente o terceiro componente da sua teoria da percepção, qual seja a imediaticidade, isto é, não é pelo raciocínio nem por qualquer tipo de argumentação ou inferência que alguém passa da sensação para a crença de que o objeto percebido tenha propriedade externa relevante. Então, como se dá esse processo? Fica evidente que esse processo, segundo Reid, se dá “por uma lei de nossa natureza”, ou seja, em virtude de nossa constituição natural. Portanto, conforme o pensador escocês nós concebemos sensações e acreditamos na existência delas. Como fazemos isso? Segundo ele, devem existir certos princípios inatos em nossa mente que dão origem às nossas concepções e crenças na existência dos objetos externos. Desta forma, tendo a passagem acima como ponto de referência, diríamos que a percepção em Reid não envolve raciocínio ou argumentação e que as crenças provenientes da percepção são devidas a leis naturais que governam o nosso caráter cognitivo. Portanto, o que percebemos é que o modelo padrão da percepção de Reid pode ser delineado da seguinte forma: um objeto externo causa alguma mudança física em algum órgão dos sentidos que, pelas leis de nossa

natureza, causa alguma sensação na mente. Essa sensação, novamente segundo as leis de nossa natureza, faz surgir uma concepção e uma crença sobre o objeto externo, que são imediatas. Temos, assim, o que Reid chama de percepção. Dizemos, então, que o argumento de Reid repousa sobre a tese de que a percepção implica crença na existência da coisa percebida. Mais que isso, a crença na coisa percebida pressupõe uma concepção acerca dela. Se eu percebo o movimento de algo, eu preciso ter uma concepção de seu movimento e acreditar na existência da coisa movente. Por conseqüência, a percepção implica que o sujeito tenha uma concepção e crença na existência de um objeto. O questionamento que se faz, então, é: como a sensação e a memória se constituem como princípios naturais da crença? E por que a imaginação não? A resposta tanto para a primeira questão quanto para a segunda pode ser encontrada nas próprias palavras de Reid quando ele afirma:

“Não creio que algum filósofo seja capaz de dar outra razão de porque a sensação nos obrigue a crer na existência atual de um objeto, a memória nos obrigue a crer em sua existência passada e a imaginação não nos obrigue a crer em nada, que a seguinte: que tal é a natureza dessas operações: são atos da mente simples e originais e, portanto, inexplicáveis” (REID, 2000, p. 28).

Mas o que é essa crença que acompanha a sensação e a memória e não acompanha a imaginação? Segundo Reid, todo homem sabe o que ela é, mas não pode defini-la. Ele se manifesta da seguinte maneira em relação a essa operação da mente humana: “eu concludo, então, que a crença que acompanha a sensação e a memória é um simples ato da mente que não pode ser definido.”⁸ Reid continua manifestando a sua posição de que não só a crença, mas também a concepção são inexplicáveis operações da mente humana quando diz: “já foi observado antes que há dois ingredientes na operação da percepção: primeiro, a concepção ou a noção do objeto; e, segundo, a crença em sua existência presente; ambas são inexplicáveis”⁹ Portanto, Reid é partidário da tese de que não podemos apontar uma causa adequada de nossas primeiras concepções das coisas. Segundo ele, temos uma concepção imediata das operações de nossas próprias mentes, entrelaçada com uma crença em sua existência e a isso nós chamamos consciência. Mas isso é apenas dar um nome a esta fonte do nosso

⁸ Cf. REID, *Investigações*, p. 31

⁹ Cf. REID, *Poderes Intelectuais*, 226

conhecimento. Isso não é uma descoberta daquilo que a causa. De certa maneira, temos através de nossos sentidos externos, uma concepção dos objetos externos, entrelaçada com uma crença na existência deles e a isso chamamos percepção. Mas isso é apenas dar um nome a outra fonte de nosso conhecimento, sem descobrir o que a causa. Nesse sentido Reid afirma:

“Sabemos que quando determinadas impressões são feitas sobre nossos órgãos, nervos e cérebro, determinadas sensações correspondentes são sentidas e determinados objetos são concebidos e acreditados como existentes. Mas, neste encadeamento de operações, a natureza trabalha no escuro. Não podemos descobrir a causa de qualquer uma delas nem qualquer conexão necessária de uma com a outra: e se elas estão conectadas por um vínculo necessário ou apenas entrelaçadas em nossa constituição pela vontade da divindade, não sabemos. (REID, 2002, p.227)

2.3. A Imediaticidade

Passemos agora a falar do último ingrediente alistado por Reid em sua teoria da percepção qual seja a imediaticidade. Em relação a essa questão, faremos uma rápida abordagem, porque, na verdade, indiretamente ela já se mostrou em alguns momentos anteriores, especialmente quando falávamos da concepção e da crença. Assim, ela se faz presente em quase todos os argumentos formulados pelo pensador escocês em torno da percepção, constituindo-se num componente de extrema importância. Dessa maneira, em suas obras, a alusão à imediaticidade pode ser encontrada do seguinte modo:

Observei, em terceiro lugar, que essa convicção não é somente irresistível, mas também imediata; isto é, não é por um encadeamento de raciocínio e de argumentação que nos tornamos convencidos da existência do que percebemos; não fazemos pergunta argumentativa acerca da existência do objeto, mas percebemos o objeto; a percepção comanda nossa crença baseada em sua própria autoridade e não precisa de qualquer raciocínio para que possa manter sua autoridade.¹⁰ (EIP II. v: 99).

¹⁰ A partir de: “I observed, thirdly, That this conviction is not only irresistible, but it is immediate; that is, it is not by a train of reasoning and argumentation that we come to be convinced of the existence of what we perceive; we ask no argument for the existence of the object, but that we perceive it; perception commands our belief upon its own authority, and disdains to rest its authority upon any reasoning whatsoever.” (EIP II. v: 99).

Observemos que, explicitamente, essa passagem nos mostra que a crença – como elemento que compõe a percepção – não surge como resultado de um rigoroso processo de argumentação ou de raciocínio, mas sim, como já visto, como um processo natural da nossa constituição humana. Contudo, Reid está convicto de que uma verdade pode ser irresistível e, porém, não ser imediata. Nesse sentido, vejamos o que segue: “minha convicção de que os três ângulos de qualquer triângulo plano são iguais a dois ângulos retos é irresistível, mas não é imediata: estou convencido disso pelo raciocínio demonstrativo”¹¹ (EIP II. v: 99). Por outro lado, existem outras verdades na matemática das quais é possível termos uma convicção não apenas irresistível, mas também imediata: “nossa crença nos axiomas da matemática não está embasada em argumentação. Os argumentos são construídos sobre os axiomas, mas a evidência deles é imediatamente discernível pelo entendimento humano”¹² (EIP II. v: 99). Assim, a convicção imediata extraída de um axioma auto-evidente é completamente diferente daquela que a evidência dos sentidos nos fornece. Todavia, a convicção é imediata e irresistível tanto no axioma auto-evidente quanto na evidência dos sentidos.

Sem dúvida, uma coisa é ter uma convicção imediata de um axioma auto-evidente e outra coisa é ter uma convicção imediata na existência daquilo que vemos; mas a convicção é igualmente imediata e igualmente irresistível nos dois casos. Nenhum homem pensa em construir um raciocínio para acreditar naquilo que vê e antes que sejamos capazes de raciocinar, colocamos tanta confiança em nossos sentidos quanto depois que somos capazes. O selvagem mais primitivo está totalmente convencido daquilo que vê, ouve e sente tanto quanto o lógico mais experiente.¹³ (EIP II. v: 99 -100).

Por fim, conforme Reid, se a compreensão que temos dos objetos externos somente fosse obtida pelo raciocínio, então a maior parte dos homens seria destituída dela, uma vez que a maior parte deles dificilmente começou a aprender pelo raciocínio, pois, quando bebê e na infância, nenhum ser humano pode (ou sabe)

¹¹ No original: “[...] my conviction that the three angles of every plain triangle are equal to two right angles is irresistible, it is not immediate: I am convinced of it by demonstrative reasoning.” (EIP II. v: 99).

¹² A partir de: “Our belief of the axioms in mathematics is not grounded upon argument. Arguments are grounded upon them, but their evidence is discerned immediately by the human understanding.” (EIP II. v: 99).

¹³ Do original: “It is, no doubt, one thing to have an immediate conviction of a self-evident axiom; it is another thing to have an immediate conviction of the existence of what we see; but the conviction is equally immediate and equally irresistible in both cases. No man thinks of seeking a reason to believe what he sees; and before we are capable of reasoning, we put no less confidence in our senses than after. The rudest savage is as fully convinced of what he sees, and hears, and feels, as the most expert Logician.” (EIP II. v: 99-100).

raciocinar e “a informação dos sentidos é tão perfeita e tão plena de convicção para o mais ignorante quanto para o mais culto”¹⁴ (EIP II. v: 101).

3. Considerações Finais

Podemos concluir que a leitura e discussão da obra Reid nos mostram que as suas investigações sobre a natureza humana explicitam fortes convicções em torno das condições adequadas para a aquisição e a justificação de nossas crenças, não pelas vias do raciocínio, mas mediante processos naturais e instintivos regulados por princípios inatos da mente. Parece-nos, então, que a sua doutrina das crenças naturais, e tudo o que se encontra nela envolvido, constitui uma parte fundamental da sua filosofia. Assim, ele nos leva a constatar que, diante da impossibilidade de fornecermos uma resposta última ao problema da formação das nossas crenças a partir da inferência racional, precisamos investigar as circunstâncias das crenças inevitáveis à nossa própria natureza. Desse modo, temos, em Reid, a idéia de que a natureza humana é regulada mediante princípios que não se enquadram nas exigências da filosofia *apriorista* tradicional. Nesse sentido, o autor não estava empenhado apenas em mostrar a impossibilidade de uma justificação racional para a formação de nossas crenças, mas, também que a aquisição e justificação delas passam a depender de princípios que, embora considerados naturais, possuem peso e autoridade análogos àqueles tradicionalmente conferidos ao entendimento.

Referências bibliográficas

REID, Thomas. *An Inquiry into the Human Mind on the Principles of Common Sense*. Ed. Derek R. Brooks, Edinburgh: Edinburgh UP, 2000.

_____. *Essays on the Intellectual Powers of Man*. Ed. Derek R. Brookes. Edinburgh: Edinburgh UP, 2002.

_____. *Essays on the Active Powers of Man*. Ed. Baruch Brody. Cambridge, MA: MIT Press, 1969.

¹⁴ A partir de: “The information of the senses is as perfect, and gives as full conviction to the most ignorant, as to the most learned.” (EIP II. v: 101).

_____. *Inquiry and Essays*. Edited by Keith Lehrer and Ronald E. Beanblossom. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1975

BEANBLOSSOM, R. E. *Reid And Hume: on the Nature of Belief*. In: Reid Studies, Vol. 01, n° 02, Spring 1998, pp. 17-31.

BURAS, J. T. *The Nature of Sensation*. History of Philosophy Quarterly, Vol. 22, Part 3, 2005, pp. 221-238.

CHAPPEL, Vere. "The Theory of Sensations" The Philosophy of Thomas Reid. Eds. Melvin Dalgarno and Eric Matthews. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1989, pp. 49-63

_____. "Reid's Theory of Perception". The Cambridge Companion to Reid. Eds. Terence Cuneo and René Van Woudenberg. Cambridge: Cambridge UP, 2004. pp. 101-133

_____. "Reid's Reply to the Skeptic". The Cambridge Companion to Reid. Eds. Terence Cuneo and René Van Woudenberg. Cambridge: Cambridge UP, 2004, pp. 134-155.

LEHRER, Keith. *Reid on Consciousness*. In: Reid Studies, Vol. 01, n° 01, 1986, pp. 01-09

_____. *Reid, Hume And Common Sense*. In: Reid Studies, Vol. 02, n° 01, Autumn 1998, pp. 15-26.

_____. *Thomas Reid, The Arguments of the philosophers*. London and New York: Routledge, 1991.

MICHAEL, Emily. *Reid's Critique of The Scottish Logic of Ideas*. In: Reid Studies, Vol. 02, n° 02, Spring 1999, pp. 03-18

Artigo recebido em 31/07/2009
Aceito em 15/10/2009